



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

CLIPPING

CLIPPING ELETRÔNICO

Recortes de notícias sobre educação

Escola Celso Ramos Com a palavra, a comunidade

"Governador Raimundo Colombo poderá volta atrás se moradores decidirem que o prédio da Capital deve abrigar uma creche"
(DC, 14/4, Geral, p. 41)

Senhores Diretores, Gerentes e Assessores,

Comuniquem à Assessoria de Comunicação, com a devida antecedência, projetos, eventos e ações que mereçam divulgação pública.

Leiam as notícias da Secretaria de Estado da Educação, acessando ao site www.sed.sc.gov.br e clicando em IMPRENSA

Acompanhem também o site do governo: www.sc.gov.br

Data: 14/4/11



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Geral	Data: 14/4/11
Assunto: Escola Celso Ramos – com a palavra, a comunidade		Página: 41

ESCOLA CELSO RAMOS

Com a palavra, a comunidade

Governador Raimundo Colombo poderá voltar atrás se moradores decidirem que o prédio na Capital deve abrigar uma creche

JÚLIA ANTUNES LORENÇO

O prédio da Escola Estadual Celso Ramos, na Prainha, Centro de Florianópolis, cedido à Assembleia Legislativa (Alesc), pode voltar a ser transformado numa creche, se a comunidade decidir que isso é o melhor para ela. A declaração é do governador Raimundo Colombo. No começo da próxima semana, haverá uma reunião entre parlamentares e moradores do Maciço do Morro da Cruz para discutir o assunto.

O governador não quer é que o prédio fique abandonado ou seja depredado. Caso na reunião, que deve ser na próxima terça-feira, a comunidade reivindique que a construção deva virar um centro de educação infantil, a decisão de ceder o prédio à Alesc pode ser revogada. O local, de cerca de 5 mil metros quadrados, foi cedido por um período de 20 anos à assembleia, que ficaria de oferecer uma contrapartida à comunidade.

O presidente da Alesc, Gelson Merisio, disse que não vê problemas que o prédio vire uma creche.

– Mas o que precisa ser discutido é de que maneira o recurso público pode ser melhor aplicado. Acredito que seja melhor gastá-lo com a construção de uma creche nova, do que com a construção um prédio novo para a assembleia – ressaltou.

Se depender da vontade da comunidade, o prédio vai virar um centro de educação infantil.

O líder comunitário do Morro da Mariquinha, Rogério Rodrigues, garantiu que é esse o pedido que eles irão levar para a reunião.

– Não nos interessa dinheiro, porque não existe na região terreno para construir uma creche – disse o líder,

que é técnico ambiental e participou de mapeamentos no Maciço.

Crianças ocupariam o prédio em 15 dias, diz secretário

O secretário de Educação, Rodolfo Pinto da Luz, garantiu que, caso fique decidido que o espaço será ocupado

por uma creche, em 15 dias úteis ele estaria pronto para receber crianças. De acordo com ele, o prédio precisa de adaptações nos banheiros, ajustes no telhado e pintura.

– Para esse tipo de serviço, já temos empresa licitada – observou o secretário, que não soube precisar de quanto seriam os gastos.

A ideia é receber primeiro as 115 crianças que estão na creche Santa Terezinha, que atende os moradores da região. O centro infantil funciona numa casa alugada, que apresenta problemas de infiltrações e esgoto, além de não conseguir receber todas as crianças da comunidade. A supervisora da creche, Elisiane Brinhosa, diz que a mudança de local é aguardada há mais de 10 anos por eles:

– Nunca conseguimos, porque os terrenos ou são caros, ou os locais não conseguem abrigar todo mundo.

Depois da transferência da creche Santa Terezinha, outras crianças seriam chamadas. Para isso, seriam necessárias outras pequenas reformas.

julia.antunes@diario.com.br



Para se transformar em creche, apenas algumas adaptações seriam necessárias no prédio para receber crianças

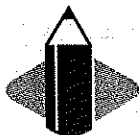


CLIPPING

Veiculo: Diário Catarinense	Editoria: Diário do Leitor	Data: 14/4/11
Assunto: Educação?		Página: 52

Educação?

Em vez de investir em segurança e educação, o governo do Estado de Santa Catarina faz ao contrário, manda fechar a Escola Estadual Celso Ramos na Prainha, porque não oferecia mais segurança aos alunos e professores, e de presente repassou a referida escola para a Assembleia Legislativa.



Antonio Carlos de Borja
Por e-mail

Veiculo: Diário Catarinense	Editoria: Dia a dia	Data: 14/4/11
Assunto: VEstibular		Página: 54

Vestibular - A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), em parceria com a Secretaria de Estado da Educação (SED), abriu o processo seletivo para o curso pré-vestibular oferecido aos estudantes de escolas públicas. As inscrições vão até o dia 27 de abril, no site www.prevestibular.ufsc.br.

Veiculo: Diário Catarinense	Editoria: Cacau Menezes	Data: 14/4/11
Assunto: De volta à escola		Página: 56

De volta à escola

Vai acontecer o que muita gente queria: os deputados estaduais vão voltar para a escola. À Escola Celso Ramos, no Centro de Floripa, que foi cedida para a Assembleia Legislativa montar

escritórios. Escritórios do quê? De exportação de soja? De registro de funcionários fantasmas? De recepção aos lobistas das empresas fumageiras? Já tem um gabinete pra cada deputado. Agora, mais

os escritórios, e numa escola que foi doada para a comunidade?

“Eh, eh, seu moço do disco voador, me leve com você pra onde você for.” Esta, sim, do vanguardista Raul Seixas.



CLIPPING

Veículo: Diário Catarinense	Editoria: Visor	Data: 14/04/11
Assunto: Tiro no pé (2), Tiro no pé(3) e Aliás		Página: 03

TIRO NO PÉ

Governador Raimundo Colombo não gostou nem um pouquinho da repercussão negativa da transferência da Escola Celso Ramos, na Prainha, para a Assembleia Legislativa. Acha que não foi devidamente informado sobre o impacto da decisão. Pra quem elegeu-se defendendo “as pessoas em primeiro lugar”, entende que foi induzido a dar um tiro no pé.

TIRO NO PÉ (2)

O argumento do presidente da Assembleia, Gelson Merisio, de que o Legislativo fará a contrapartida para a construção de novas creches, beira o acinte ao senso comum. Desde quando é papel do parlamento destinar verbas para a construção de creches? Ainda mais que o dinheiro seria uma sobra de caixa do parlamento, que precisaria voltar ao Estado para o suposto investimento.

TIRO NO PÉ (3)

Nem governo do Estado e nem Assembleia sabem sequer estimar o valor do terreno. O mercado calcula que a área de 5 mil metros quadrados custe em torno de R\$ 10 milhões. O que impressiona foi o número de e-mails de pessoas reclamando da decisão de transformar uma futura creche em mais uma extensão do Palácio Barriga Verde. E os deputados, num silêncio constrangedor, sequer tocaram no assunto ontem.

ALIÁS...

Se tivessem cumprido o acordo entre a Secretaria de Educação e a prefeitura de Florianópolis para destinar o local para uma creche municipal, nada disso estaria acontecendo. Agora, devolveram a bola para a comunidade decidir. Antes que seja tarde...



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Especial	Data: 14/04/11
Assunto: Suspensa ocupação da escola		Página: 03

Suspensão ocupação da escola

Escola Celso Ramos. Presidência da Assembleia vai ouvir comunidade em audiência pública

MARCELO TOLENTINO
redacao@noticiasdodia.com.br
@tolentino_ND

FLORIANÓPOLIS – A comunidade é quem vai decidir o destino da Escola de Educação Básica Celso Ramos, cedida pelo Governo do Estado à Assembleia Legislativa. Ontem, o presidente da Alesc, deputado Gelson Merísio (DEM), reuniu-se com deputados – entre eles Ângela Albino (PCdoB) e Edison Andrino (PMDB) – e decidiu suspender a transferência de estrutura para o prédio, conforme autoriza o decreto assinado pelo governador Raimundo Colombo (DEM).

Diante de protestos de moradores do maciço do morro da Cruz, que sonham com a criação de uma creche na escola, a Alesc resolveu fazer uma audiência pública, na próxima semana, para ouvir a população. “Se a comunidade não quiser mesmo abrir mão da escola voltamos atrás e recuamos”, garantiu Merísio.

Contudo, ele argumenta que o valor da compensação dada pela Assembleia, cerca de R\$ 7 milhões, somado ao investimento que a Prefeitura de Florianópolis faria na reforma, viabilizaria uma estrutura bem melhor e

mais próxima dos moradores. “O que estou sugerindo é apenas a otimização do dinheiro público. Temos alternativas, como o próprio Sambódromo. Por que não usar aquela estrutura que fica parada o ano inteiro como creche e outras atividades? A Assembleia disponibilizaria os recursos”, disse.

Merísio aproveitou para questionar a reforma de curto prazo da Escola de Educação Básica Celso Ramos, o que seria o projeto da prefeitura da Capital. Ele contesta as informações divulgadas de que a nova creche no antigo prédio poderia começar a funcionar no intervalo de três meses. Argumenta que uma obra desta envergadura não dura menos de seis meses. “Falam que a creche abriria em três meses, mas tem todo o processo de licitação”, explicou ele.

Mesmo com a pressão popular, o governador Raimundo Colombo entende que não é viável a implantação de uma creche onde funcionava a escola estadual. O decreto do governo cede a escola à Assembleia por 20 anos.

Dentro da escola. Audiência pública deve ocorrer na próxima semana, possivelmente no próprio prédio que é alvo das discussões, segundo a deputada Ângela Albino



Moradores do Maciço não abrem mão do prédio à comunidade

Moradores da comunidade do maciço do Morro da Cruz não se dizem dispostos a abrir mão da Escola de Educação Básica Celso Ramos. A Creche Santa Terezinha do Menino Jesus, no bairro Prainha, aguarda o projeto de reforma do prédio pela prefeitura. Alvo frequente de roubos e de viciados que deixam restos de drogas espalhados pelo pátio, a instituição também sente falta de estrutura adequada, com segurança e estacionamento. “Eu e meu filho fomos atropelados na faixa que fica logo em frente à creche. Por sorte não sofremos nada sério. Ter os filhos nessa escola daria mais tranquilidade aos pais. Seria mais seguro”, destacou a moradora do morro do Mocotó, Gisela Costa dos Santos.

Segundo a diretora da creche, Adriana Jurema da Silva, não é fácil achar terrenos para creches na região, apesar da boa vontade da Assembleia Legislativa. A demanda por vagas em creches na Florianópolis é de 2.000.



Esperança. Gisela Costa dos Santos aposta que uma cheche nova traria mais segurança às crianças

Deputados valorizam acordo

Na Assembleia, a bancada do PT se posiciona contra a ocupação da escola. O líder do partido, deputado Dirceu Dresch, argumenta que o acordo com a comunidade precisa ser respeitado. “Fomos pegos de surpresa por este decreto”, diz. Já a deputada Ângela Albino (PCdoB) comemorou a suspensão da transferência. “Era um ato jurídico perfeito. Mas decidimos parar tudo e ouvir a comunidade”, destacou. Segundo ela, a audiência pública pode acontecer dentro da própria Escola Celso Ramos.

A Assembleia já havia iniciado o transporte de móveis e utensílios para a escola. A mudança começou na quinta-feira da semana passada, um dia depois da assinatura do decreto 159, que oficializou o termo de cessão de uso. A escola chegou a ter 1.500 alunos, contudo o sucateamento e a violência no local afugentaram os alunos, e a instituição acabou sendo fechada.



CLIPPING

Veículo: Notícias do Dia de Joinville	Editoria: Geral	Data: 12/04/11
Assunto: Prazo para recuperar escola		Página: 23

Prazo para recuperar escola

Notificação. Vigilância de Saúde determinou que reparos devem estar concluídos até sexta

SÃO FRANCISCO DO SUL – A rotina da Escola Carlos da Costa Pereira, em São Francisco do Sul, continua praticamente a mesma, após completar uma semana do incidente em que um aluno ingeriu um caco de vidro enquanto comia uma sobremesa na merenda escolar.

Depois de o garoto ter sido internado no Hospital Materno-infantil Dr. Jeser Amarante Faria, um dos procedimentos adotados pela escola foi substituir os vasilhames de vidro, utilizados para a merenda, por copos de plástico descartáveis. A xícara utilizada pelo aluno desapareceu da cozinha, a empresa fornecedora do alimento foi notificada e acionou a Santa Marina – marca que fabrica a xícara – para explicar o caso.

Numa vistoria realizada pela Vigilância Municipal de Saúde de São Francisco do Sul, um dia após o incidente, técnicos abriram uma notificação por outras irregularidades, como falta de pintura, iluminação e precariedade das

quadras esportivas. A APP (Associação de Pais e Professores) da escola também protocolou junto à Gered (Gerência Regional de Educação) documento descrevendo as precárias condições da escola, como fiação exposta, telhas quebradas e forros despencando. Ciente da denúncia, a gerente de ensino Heliete Steingraber acompanhou a segunda vistoria do local na manhã de ontem [segunda] e pontuou uma série de melhorias que devem ser realizadas em breve. Segundo Murilo Tascheck

Silva, gerente de fiscalização e vigilância, a direção da escola prontificou-se no reparo das irregularidades com prazo que deve ser cumprido até esta sexta-feira (15). “Apenas as quadras esportivas permanecem interditadas”, avisa Tascheck.

O aluno que engoliu o pedaço de vidro foi liberado três dias após a internação. Mesmo após ter voltado às aulas, o menino continua sob observação, já que nada foi expelido até sua alta médica.



Riscos. Fiação desencapada fica à mostra na Escola Carlos da Costa Pereira



CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Economia	Data: 14/04/11
Assunto: Ensino		Página: 27

Ensino

Qualidade de ensino continua sendo um gargalo para as empresas. Não por acaso, o Sesc vai construir uma escola de ensino fundamental em Jaraguá do Sul, em área de 2.420 m². Serão aplicados R\$ 8 milhões para atender a crianças do 1º ao 9º ano. A previsão é de nove salas e laboratórios.

CLIPPING

Veículo: A Notícia	Editoria: AN.Joinville	Data: 14/04/11
Assunto: Pré-vestibular da UFSC		Página: 14

Pré-vestibular da UFSC

No dia 27, encerram-se as inscrições para o curso pré-vestibular da UFSC. Em Joinville, as aulas serão nas escolas estaduais Tufi Dippe e Governador Celso Ramos. Mais informações: www.prevestibular.ufsc.br.



CLIPPING

Veículo: A Folha	Editoria: Educação	Data: 09/04/11
Assunto: Entrega de uniforme pode não acontecer em 2011		Página: 10

Entrega do uniforme pode não acontecer em 2011

Mais de dois meses após o início das aulas, a entrega de kits de uniformes e materiais escolares para alunos da rede estadual de ensino, que costumemente acontecia no início do ano letivo, ainda não foi feita. Somente em 2010, cerca de 16 mil kits (oito mil de uniformes e oito mil de materiais) foram distribuídos aos alunos de ensino fundamental das escolas estaduais dos municípios pertencentes à Gerência Regional de Educação (Gered) de Videira. Ao todo, são 22 escolas regulares, que concentram aproximadamente 14 mil alunos de ensino fundamental, médio, supletivos, Educação de Jovens e Adultos e Apaes.

De acordo com a supervisora de Apoio ao Estudante da Gered de Videira, Marlise Boesing, o atraso no repasse se deve, principalmente, à troca de governo. "A entrega era uma prática do governo do ex-governador Luiz Henrique da Silveira (LHS), e como ele deixou o cargo neste ano, o atual governador precisou fazer uma nova licitação, que está em fase de conclusão", explica.

Marlise destaca que a Secretaria de Estado da Educação, sabendo das dificuldades enfrentadas na troca de governo, não havia prometido a entrega para este ano. "Mas como a entrega já era hábito há alguns anos, os alunos estavam esperando. Acreditamos que em 2012 a distribuição deve voltar a acontecer da mesma forma que em anos anteriores", diz.

Mesmo com a entrega atrasada e correndo o risco de não acontecer neste ano, todas as es-

colas da rede precisam manter atualizado o Cadastro Série Uniforme, que deve ser feito na hora da efetivação da matrícula e contém dados de cada aluno referentes ao tamanho do uniforme a ser solicitado. "A Secretaria de Educação repassa os kits para as escolas, que são responsáveis pela entrega aos alunos. Cada uniforme que chega já vem com nome e as medidas informadas no cadastro", explica.

Para Marlise, o uso de uniformes escolares é positivo porque além de padronizar a forma como os alunos se vestem e dar identidade a eles, também serve para dar maior segurança às instituições de ensino. "Quando os alunos usam uniformes, fica mais fácil identificar pessoas que não fazem parte da instituição e que, porventura, adentram estes recintos com outras finalidades", completa.

CONFIRA COMO SÃO COMPOSTOS OS KITS

Os kits de uniforme e material escolar são entregues há cerca de seis anos, para alunos do ensino fundamental da rede pública estadual e foram um dos carros chefe do governo de LHS.

KIT UNIFORME:

- Duas camisetas
- Duas meias
- Um par de tênis
- Um par de chinelos
- Uniforme de inverno
- Uniforme de verão (com um calção)

KIT MATERIAL ESCOLAR:

- Mochila
- Cadernos
- Lápis de cor
- Giz de cera
- Dois lápis para estrever
- Tesoura
- Régua
- Apontador
- Borracha



CLIPPING

Veículo: A Fonte	Editoria: Geral	Data: 07/04/11
Assunto: Escola Aberta realiza curso de pintura em tecido		Página: 10

Escola Aberta realiza curso de pintura em tecido

Saudades - Pelo sexto ano consecutivo, a Escola de Educação Básica Rodrigues Alves de Saudades, através do Projeto Escola Aberta realiza o Curso de Pintura em Tecido. O mesmo é ministrado aos sábados no turno vespertino, nas dependências da Unidade Escolar.

Com a Direção da Professora Lairdes Wagner Müller, as aulas foram conduzidas durante os três primeiros anos, pela

eficiente voluntária Clair Wagner, que possui ampla qualidade e talento nesta área, além de um grande prestígio para com a população Saudadense, no que diz respeito à Pintura em Tecido. Em seguida, durante praticamente dois anos a voluntária passou a ser Ana Dessóy, que se destacou durante as atividades principalmente como aluna da Clair Wagner.

Conforme o Coordenador do projeto Esco-

la Aberta de Saudades Márcio Rauber, com o trabalho é criado uma expectativa muito positiva para o sexto ano de Curso. “Conseguimos organizar eficientemente as turmas e principalmente somar as potencialidades das duas voluntárias Clair e Ana, que se reúnem aos sábados e socializam seus conhecimentos, originando lindos e admiráveis trabalhos para com as alunas das mais diversas

faixas etárias da nossa comunidade. Para mim é gratificante perceber que as crianças e adolescentes possuem vontade de aprender e com isso logo melhoram suas potencialidades, em diversas áreas principalmente na pintura em tecido, que requerer uma atenção maior aos detalhes do trabalho entre outros fatores. Mas, com certeza é importante trazer estas crianças e adolescentes para a arte”, conclui.



CLIPPING

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 14/04/11
Assunto: Raio-X nas escolas não é solução para diminuir violência, segundo Haddad		Página: Online

Raio-X nas escolas não é solução para diminuir violência, segundo Haddad

Data do Enem deste ano sai em breve, de acordo com o ministro da Educação.

O ministro da Educação, Fernando Haddad, disse nesta quarta-feira (13) em entrevista exclusiva ao **G1** que é contra a instalação de raio-X nas escolas como tentativa para diminuir a violência. "Não considero que esse seja o caminho", afirmou. Segundo o ministro, a segurança das escolas só vai aumentar quando estiver aberta à comunidade.

Na Câmara, o deputado federal Sandro Mabel (PR-GO) apresentou neste ano um projeto que prevê a instalação de detectores de metal e aparelhos de raio-X na porta das escolas públicas e privadas como alternativa para evitar casos de violência como a morte de 12 alunos da Escola Municipal Tasso da Silveira, em Realengo, na Zona Oeste do Rio.

Haddad afirmou que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) deve anunciar "brevemente" a data do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) deste ano. Questionado sobre os problemas dos últimos dos anos, afirmou que os processos estão sendo aperfeiçoados. "Então, eu entendo que o de 2011 será melhor que o de 2010", disse.

O anúncio do Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica (Pronatec), previsto para março, depende agora de análises da área econômica e da Casa Civil. "Nossa expectativa é que no regresso da presidenta da China nós possamos fechar o texto final para encaminhar ao Congresso", disse. Pelo programa, serão oferecidas bolsas de estudo e financiamento estudantil.

Haddad afirmou ainda que constituiu um grupo de trabalho para estudar o uso de tablets nas escolas. "Nós constituímos um grupo de trabalho, que deve estar às vésperas de me entregar um estudo sobre a utilização de tablets em escolas."

Durante entrevista coletiva após audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, o ministro disse que estuda parceria com a Secretaria da Educação de São Paulo para oferecer bolsa de iniciação à docência para bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni). Eles atuariam como uma espécie de estagiários nas escolas públicas do estado. A secretaria, por meio da assessoria de imprensa, disse que o projeto está em fase de estudo de viabilidade. Se for considerado viável, poderá entrar em vigor ainda neste ano.

Confira a entrevista ao **G1**:

Após o ataque à escola do Rio, como a segurança das escolas pode ser aumentada?

Entendo que o que ocorreu ali foi um ato de uma pessoa doente, psicótica e que teve acesso a um armamento pesado e que a segurança de uma escola dificilmente



conseguiria evitar. Isso não nos impede de refletir sobre essa questão da segurança. Mesmo chegando à conclusão de que talvez aquele ato praticado por um ex-aluno, que fez um requerimento de um histórico escolar, ao retornar para buscar esse histórico, de maneira organizada, comete aquele crime, isso não pode nos impedir de fazer uma reflexão sobre a segurança. Sob o ponto de vista do Ministério da Educação, a escola mais protegida é a escola mais aberta à comunidade. Quanto mais apropriada a escola for pela comunidade, mais a escola se tornar pública e não estatal, menos municipal, menos estadual e mais pública. Inclusive em alguns países do mundo não se trata a escola pelo seu mantenedor. Não se fala escola municipal, escola estadual, sempre escola pública. Justamente porque essa percepção de que ela é da comunidade é muito forte nesses países. Essa é a orientação do ministério, que temos que reforçar essa perspectiva, de uma escola que é apropriada pela comunidade, é aberta nos finais de semana, que é integral se possível, tem atividades no segundo turno para as crianças.

O que acha do projeto de lei que prevê a instalação de raio-X nas escolas?

Não considero que esse seja o caminho. A cada trauma deste, nós vamos dobrar a aposta nesses mecanismos e esses mecanismos não são a solução. Eu sou francamente a favor do desarmamento da população. Acho que esse é um caminho muito mais promissor do que qualquer outro. A quantidade de armas em circulação é uma coisa inaceitável. A quantidade de crimes cometidos com armas de fogo deveria fazer o país refletir mais uma vez sobre a questão do desarmamento. Já houve debate no passado recente, mas à luz dos acontecimentos, do aumento da criminalidade, é o caso de recolocar esse assunto na ordem do dia. É por aí que nós vamos construir uma sociedade de paz e não nos armando, tentando nos proteger com meios tecnológicos que são ineficazes.

Muitos profissionais da educação falam da necessidade da presença de orientadores educacionais, assistentes sociais e psicólogos nas escolas. Como o MEC pode contribuir para que isso ocorra?

Na verdade, o MEC forma cada vez mais profissionais nas universidades. Todas as matrículas em todos os cursos no país estão em expansão, inclusive desses profissionais. Depende muito mais da organização da rede do que propriamente do Ministério da Educação, em ter serviços de acompanhamento deste tipo.

O senhor estuda o uso de tablets nas escolas?

Nós constituímos um grupo de trabalho, que deve estar às vésperas de me entregar um estudo sobre a utilização de tablets em escolas. Essas coisas são tão dinâmicas que a gente tem que ser até um pouco parcimonioso nas ações e tomar os cuidados devidos. Talvez se nós tivéssemos universalizado o (programa) “Um computador por aluno”, nós estivéssemos arrependidos hoje, porque a dinâmica da mudança tecnológica implica que você tem que testar as metodologias e não se agarrar a um modelo único de solução. A cada ano surgem novidades que precisam ser consideradas do ponto de vista pedagógico.

De que forma o tablet pode ajudar na escola?

Hoje, há escolas que já adotam o tablet. Não posso te responder antes de receber esse estudo, porque ele é abrangente sobre o potencial desta utilização. Há debate público



ocorrendo sobre o futuro do livro impresso, em papel, o futuro do caderno, se haverá modificação importante dos instrumentos de trabalho. Enfim, temos que contar com a opinião especializada para irmos testando modelos e colocando à disposição das redes essas novas ferramentas. Não cabe ao MEC, na minha opinião, engessar o sistema e definir um modelo de uso de tecnologia. O laboratório de informática, que é uma coisa que tem mais de dez anos, ainda se mostra muito útil. Nos laboratórios do ProInfo, nós adquirimos mais de 80 mil laboratórios nos últimos anos e hoje já temos 55 mil escolas públicas conectadas no programa “Banda Larga na Escola”. Então hoje, uma tecnologia que tem mais de dez anos ainda se mostra eficaz, mas essas novas ferramentas de uso individual, nós temos que testar todas as possibilidades e colocar à disposição dos sistemas com acompanhamento pedagógico.

Quantos computadores do programa “Um computador por aluno” foram distribuídos?

Foram 150 mil pelo governo federal e está aberta a adesão por pregão nacional, inclusive com financiamento do BNDES.

O uso dos tablets seria nas escolas públicas?

Sim, nas públicas.

A ideia seria distribuir os tablets aos alunos?

Primeiro, fazer o que fizemos com o “Um computador por aluno”. Antes de uma compra em larga escala, fizemos com o acompanhamento da USP, das universidades. Fizemos um acompanhamento pedagógico. Você pega um grupo de controle, testa a ferramenta, a metodologia, antes de fazer uma compra de maior escala. Até para que não haja desperdício de recursos.

O estudo sobre o uso dos tablets nas escolas tem a ver com os incentivos (mudar classificação do tablet para computador) para produção no Brasil?

Não, na verdade, o estudo foi encaminhado antes de essa discussão vir à tona.

Tem data marcada o Enem deste ano?

O Inep deve estar para divulgar brevemente.

Vai haver dois Enems no ano que vem?

A presidente do Inep é que está coordenado os trabalhos com todos os parceiros envolvidos. Ela depende de tanta gente. Depende de Cespe, Cesgranrio, Correios, gráfica, policiais militares. Depende de uma organização grande para poder.

O que será feito neste ano para que não ocorram problemas como os dos últimos dois anos?

Continuar aperfeiçoando o processo. O processo, inclusive, comprometendo mais os parceiros privados com a importância do exame. Nós tivemos problemas com uma gráfica por falta de segurança. Tivemos problema com a outra gráfica por falha na



impressão de um lote de provas. Então, o próprio setor privado vai ganhando consciência da importância desse empreendimento e vai zelando pelos processos internos também.

Dá para dizer que neste ano não haverá problemas graves como os dos últimos anos?

Eu, sinceramente, acho que o processo de 2010 foi muito melhor que o de 2009. Então, eu entendo que o de 2011 será melhor que o de 2010.

Quando sai o Pronatec (Programa Nacional de Acesso à Escola Técnica)?

O Pronatec não está mais no MEC, vamos dizer assim. Já está tramitando nos ministérios pertinentes, área econômica, Casa Civil. Já estamos todos debruçados sobre a minuta que o MEC apresentou, com o aval, evidente, da presidenta. Nossa expectativa é que no regresso da presidenta da China nós possamos fechar o texto final para encaminhar ao Congresso.

O que se estuda para ajudar as universidades públicas do Brasil a subir nos rankings mundiais?

Penso que o debate está entrando nos eixos. Na verdade, esses rankings são muito contestáveis. Se você abrir a caixa preta desses rankings, você vai verificar que esses indicadores mudam de instituição para instituição e nem sempre dialogam com aquilo que mais interessa à sociedade. Por exemplo, a qualidade de ensino dessas instituições. Eu entendo que o Brasil tem instituições de excelência e de padrão internacional. Algumas universidades estaduais, algumas universidades federais tem padrão de ensino e produção científica de reputação internacional. Essa é a minha compreensão. Agora, depende de como você constrói o indicador, você exclui ou inclui. No momento, de dar o peso. Pode distorcer muito esses indicadores. Mas entendo que pela avaliação nacional, temos algumas instituições de padrão internacional. Como negar que a Universidade de São Paulo tem importância internacional?

De que forma ajudar?

O secretário Luiz Claudio Costa está trabalhando esta matéria, inclusive com as universidades. Repensando arranjos, repensando, inclusive, sobre uma forma de incidir sobre o que de fato é importante para as nossas instituições.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Opinião	Data: 14/04/11
Assunto: O STF e o ensino básico		Página: Online

O STF e o ensino básico

Os secretários estaduais de Educação se mobilizaram para tentar evitar mais uma derrota judicial no Supremo Tribunal Federal (STF), que nos próximos dias deverá encerrar o julgamento da ação direta de inconstitucionalidade (Adin) movida pelos governos do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso do Sul e Ceará contra a Lei 11.738, que unificou os vencimentos dos professores da rede pública de ensino básico. Os secretários chamam a atenção do Supremo para os custos em que incorrerão os Estados, caso não saiam vitoriosos no último ponto que ainda resta para ser discutido. Quando a lei foi aprovada, há três anos, 37% dos professores recebiam menos do que o piso.

Na semana passada, o Supremo derrubou duas das três principais questões suscitadas na Adin patrocinada pelos governos estaduais. A Corte considerou a Lei 11.738 constitucional e decidiu que as gratificações e benefícios funcionais - como anuênios, quinquênios e bônus de produtividade - não podem ser usados pelas Prefeituras e Estados para compor o valor do piso nacional. Para o Supremo, o piso corresponde ao vencimento básico do cargo de professor, não podendo ser interpretado como remuneração global.

A terceira questão - relativa ao dispositivo da lei que obriga os professores a dedicar um terço de sua carga horária para planejamento e aperfeiçoamento profissional - não foi decidida por causa do avanço da hora e pela ausência dos ministros Cezar Peluso e José Antônio Toffoli. Quando foi suspenso, o julgamento estava com 5 votos favoráveis à tese de que a determinação é constitucional e 4 votos contrários. O STF aguarda as manifestações desses dois magistrados, para encerrar o caso em caráter definitivo.

Para os secretários estaduais de Educação, o aumento da atividade extraclasse do professorado da rede pública dos atuais 20% para 33% - no caso dos docentes que cumprem 40 horas semanais - não representa garantia de melhora da qualidade do ensino e ainda eleva drasticamente os gastos com pessoal, comprometendo o planejamento orçamentário. Segundo os secretários de Educação, se o STF não derrubar esse dispositivo, os Estados e os municípios precisarão contratar mais professores para completar o tempo reservado às aulas.



"Basicamente, para cada cinco professores será necessário contratar mais um. Temos 18 mil professores e as novas contratações aumentariam em R\$ 4,8 milhões mensais a folha de pagamento", diz Maria Nilene da Costa, secretária de Educação de Mato Grosso do Sul. Em São Paulo, o professor com jornada de 40 horas semanais tem 7 horas para atividade extraclasse - 6 a menos do que as exigidas pela Lei 11.738 e o governo estadual - que conta com 243 mil professores - teria de contratar mais 80 mil. No Rio Grande do Sul, que tem 83 mil docentes, seriam necessários mais 27,4 mil.

A maior oposição ao aumento das horas de atividade extraclasse vem de Estados cujos gastos com pessoal estão próximos do teto fixado pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Pela LRF, a folha de pagamentos do funcionalismo não pode ultrapassar 49% da receita corrente líquida - em Santa Catarina, ela já corresponde a 48%. Os governadores alegam que, se o STF não derrubar o aumento da atividade extraclasse, eles ficarão num impasse jurídico. Para cumprir o que manda a Lei 11.738, terão de descumprir a LRF. Se cumprirem a LRF, cujas sanções por descumprimento são severas, terão de desobedecer a Lei 11.738.

Quando esta lei foi sancionada, dois meses antes do início da campanha eleitoral municipal de 2008, governadores e prefeitos acusaram o MEC de, com as novas medidas, ter angariado prestígio político junto às entidades de docentes, deixando aos municípios e Estados pesados encargos financeiros. Três anos depois, cabe ao Supremo decidir um problema que poderia ter sido evitado, caso governos federal, estaduais e municipais tivessem discutido melhor e com mais racionalidade como aplicar uma lei de fundamental importância para a modernização do ensino básico.



CLIPPING

Veículo: O Estado de São Paulo	Editoria: Vida	Data: 14/04/11
Assunto: Plano Nacional de Educação deve ser votado até setembro		Página: Online

Plano Nacional de Educação deve ser votado até setembro

O Plano Nacional de Educação (PNE) deve ser votado até setembro, disse ontem o deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), presidente da comissão especial criada para tratar do assunto na Câmara dos Deputados. Encaminhado pelo Planalto ao Congresso no fim de 2010, o projeto de lei traz 10 diretrizes e 20 metas para melhorar a qualidade do ensino no decênio 2011-2020. Entre as propostas está a valorização do magistério. Entidades já elaboraram mais de 130 sugestões ao projeto de lei

Clipping

CNTE

Haddad: será difícil cumprir promessa de Dilma

➤ Data: 14/04/2011
➤ Veículo: O GLOBO
➤ Editoria: O PAÍS
➤ Jornalista(s): Sérgio Roxo
➤ Assunto principal: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Compromisso era elevar investimento em educação de 5% para 7% do PIB; perspectiva agora é só atingir meta em 2020

Sérgio Roxo

SÃO PAULO. O ministro da Educação, Fernando Haddad, admitiu ontem que será difícil para o governo federal cumprir a promessa feita pela presidente Dilma Rousseff, durante a campanha, de aumentar de 5% para 7% o percentual do PIB em investimento público anual no setor. A meta de elevação do gasto consta do Plano Nacional de Educação (PNE), que começou a tramitar ontem no Congresso, mas com a perspectiva de que a meta só seja alcançada em dez anos e não até 2014, quando termina o mandato de Dilma.

- Na conversa que manteve com ela (Dilma) durante a campanha, disse que o governo Lula nos últimos cinco anos fez um grande esforço de aumento do financiamento para educação. E nós aumentamos 0,2% ao ano. Então, em dez anos, é factível chegar à meta de 7%. Pode ser que cheguemos antes, mas vamos ter que fazer um esforço inclusive maior do que já fizemos, que não foi pequeno - disse o ministro, após participar de audiência sobre o PNE na Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em dezembro, Haddad já havia dito que, pela elevação do investimento nos últimos anos, o provável era atingir a meta de 7% do PIB em investimento na área só em 2020.

Ontem, o ministro afirmou que, para elevar em 0,2% do PIB o gasto com educação, foi necessário fazer "um esforço que não teve precedente na História do país". Também disse que, para isso, teve que triplicar o orçamento da pasta.

Na avaliação de Haddad, Dilma já honrou o compromisso assumido na campanha ao estipular a meta de 7% de gastos com educação no PNE. Também acrescentou que o plano não cita a data em que o valor será atingido. Perguntado sobre a defesa que entidades do setor fazem de um investimento de 10% do PIB, foi direto:

- Falo da minha experiência: alguém pode dizer que sim (pode chegar a 10%), mas o esforço feito em cinco anos para elevar em 1 % os investimentos do PIB em educação não foi pequeno - declarou.

Segundo o ministro, as metas estabelecidas no PNE são baseadas na elevação do gasto do setor para 7% do PIB. O plano possui 20 metas, sendo que uma delas trata justamente da elevação de 2% do PIB no montante gasto com educação.

- Os 2% são suficientes para implantar as outras 19 metas. Se (o Congresso) ampliar (as metas), vai ter que mexer na meta do financiamento.

Haddad também destacou que o fato de o plano ter meta de investimento já é um

avanço. Ele disse que no plano anterior, de 2001, a meta de elevação do investimento foi vetada.

- Havia metas e não havia meios. Foi o grande nó do plano anterior.

Segundo o ministro, para o PNE sair do papel, será necessário que os estados também aprovem planos regionais de educação, porque a rede de educação básica não é administrada pela União.

Clipping

CNTE

ProUni vai dar estágio em escola estadual

✧ Data: 14/04/2011
✧ Veículo: O ESTADO DE S. PAULO - SP
✧ Editoria: VIDA
✧ Jornalista(s): Mariana Mandelli
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
 ENSINO SUPERIOR
 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Bolsistas de licenciatura vão ajudar professor na sala de aula, prevê parceria

Mariana Mandelli - O Estado de S.Paulo

O Ministério da Educação (MEC) e a Secretaria Estadual de Educação de São Paulo estão formatando um projeto para oferecer estágio nas escolas da rede estadual aos bolsistas do Programa Universidade para Todos (ProUni) que cursam licenciaturas.

A ideia é que os alunos não substituam os professores, mas sim atuem como uma espécie de assistente em programas da secretaria, como o Escola da Família - que oferece atividades nas escolas durante os fins de semana - e o Ler e Escrever, que conta com um segundo docente em sala de aula.

A proposta foi apresentada pelo secretário de Educação do Estado, Herman Voorwald, em março, ao ministro Fernando Haddad. "Acrescentei o desejo de estabelecermos um foco nas licenciaturas e oferecer a bolsa de iniciação à docência. Assim, o Estado ofereceria essa bolsa para os licenciandos do ProUni", afirmou o ministro. "Combinamos dois programas, um estadual e outro federal, que se reforçam mutuamente."

A afirmação foi feita ontem, após uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) sobre o Plano Nacional de Educação (PNE) (leia mais nesta página).

A secretaria afirma que a ideia existe, mas que a viabilidade técnica está em estudo. Os detalhes - como quais licenciaturas e quantas escolas seriam contempladas - ainda serão discutidos nas próximas semanas. Se for viável, o projeto deve ser implementado ainda neste ano.

Mudanças. O MEC estuda, para o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), duas mudanças no edital: oferecer um tempo exclusivo, antes da prova, para a verificação de possíveis erros de impressão e a retirada de celulares dos candidatos, também antes da aplicação do exame. Dessa forma, não será possível reclamar posteriormente nem manter o telefone consigo durante o Enem. As providências têm a intenção de tentar evitar problemas como os que ocorreram na edição do ano passado do exame.

Sobre as possíveis alterações no ProUni, o ministro afirmou que o MEC estuda, com o Ministério da Fazenda, mudar o programa sem precisar alterar a lei. O objetivo é sanar a dificuldade que a pasta tem para preencher as bolsas parciais, o que não ocorre com as integrais. No entanto, o ministro ainda não encara a extinção das bolsas parciais como uma ideia definitiva. "Ou isso ou outra solução engenhosa."

Clipping

CNTE

13/04/2011 - Haddad defende valorização de professores em plano

✧ Data: 13/04/2011
✧ Veículo: ALÔ BRASÍLIA ONLINE - DF
✧ Editoria: POLÍTICA
✧ Assunto principal: ENSINO MÉDIO
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

13/04/2011 20h05

Wladimir D'Andrade

São Paulo

O ministro da Educação, Fernando Haddad, afirmou hoje, durante audiência pública na Assembleia Legislativa de São Paulo, que considera crucial a valorização dos professores no Plano Nacional de Educação (PNE). "Nós tivemos a coragem de fixar uma meta de formação dos docentes com responsabilidade do Estado. O professor tem direito à formação continuada", disse.

Entre as vinte metas estabelecidas pelo plano, quatro se referem à formação e à remuneração do magistério. A Câmara dos Deputados instalou hoje uma comissão especial para a análise do PNE, que deve ser votado no segundo semestre.

O ministro destacou a aprovação do piso nacional dos professores, mas lembrou que o salário médio no ensino equivale a 60% da remuneração média de outros profissionais com formação superior. "Se nós quisermos valorizar a educação no País, não temos como dissociar o debate dos trabalhadores da educação", disse.

Na avaliação de Haddad, a questão salarial é um dos principais motivos para o déficit de professores na rede educacional, uma vez que, segundo ele, 277 mil docentes são formados todos os anos, número que seria suficiente para suprir a demanda nas escolas públicas. "O número de licenciados cresce sistematicamente, mas esses profissionais são muito disputados pelo mercado de trabalho", disse. "A escola precisa ser atraente, do ponto de vista da remuneração. Sem isso, não existe mágica, não vamos prosperar", acrescentou.

Enem

Após o evento, em entrevista, o ministro afirmou também que o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa (Inep) deve anunciar em breve a data do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2011. Haddad não falou em mudanças que, segundo ele, dependem de outros órgãos, como os Correios e a Polícia Militar (PM).

Sobre melhoras no processo seletivo, o ministro limitou-se a dizer que o Inep tem uma equipe permanente para blindar o exame. Segundo ele, os erros ocorridos nas últimas edições da prova se devem a uma infelicidade na contratação da gráfica, onde ocorreu o vazamento do exame em 2009, e a problemas de impressão, no ano passado.

Haddad negou que seja um dos nomes cotados para disputar pelo PT a Prefeitura de São Paulo em 2012. O nome do ministro tem sido defendido, nos bastidores, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que quer um candidato novo para a disputa.

Haddad disse que, em sua visita à Assembleia Legislativa paulista, não abordou o assunto com a bancada do PT. "Não entendo essa lógica. Há um mês, eu estava fora do ministério; agora sou candidato a prefeito", ironizou. "Gosto do que faço e tenho muitas questões para enfrentar. Não quero saber de mais problemas", disse.

AE

Clipping

CNTE

13/04/2011 - Secretarias recebem repasses para alimentação e transporte

› Data: 13/04/2011
› Veículo: JORNAL DO DIA - AP
› Editoria: EDUCAÇÃO
› Assunto principal: ENSINO FUNDAMENTAL
 ENSINO MÉDIO
 FNDE
 OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Já estão disponíveis nas contas correntes de municípios e estados de todo o país os valores referentes à segunda parcela do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e à primeira parcela do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (Pnate). O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) depositou R\$ 228,66 milhões para a merenda de estudantes da educação básica e R\$ 59,39 milhões para o transporte escolar.

Os recursos do Pnae transferidos aos estados e ao Distrito Federal foi da ordem de R\$ 93,06 milhões. Para os municípios, o valor foi de R\$ 135,49 milhões, enquanto que para institutos federais de educação, como o Instituto Federal de Educação e Tecnologia da Bahia, Ceará, Espírito Santo, entre outros, foi de R\$ 95,68 mil.

Desde o ano passado, o valor per capita repassado pela União a estados e municípios foi reajustado para R\$ 0,30 por dia letivo para cada aluno matriculado em turmas de pré-escola, ensino fundamental, ensino médio e educação de jovens e adultos. As creches e as escolas indígenas e quilombolas passaram a receber R\$ 0,60 e as escolas de ensino integral, do programa Mais Educação, R\$ 0,90.

O orçamento do programa de alimentação escolar para 2011 é de R\$ 3,1 bilhões, para beneficiar 45,6 milhões de estudantes da educação básica. Com a Lei nº 11.947/2009, 30% desse valor - R\$ 930 milhões - devem ser investidos na compra direta de produtos da agricultura familiar, medida que estimula o desenvolvimento econômico das comunidades.

Com relação ao transporte escolar, dos R\$ 59,39 milhões transferidos, R\$ 1,49 milhões foram para as redes estaduais de ensino e R\$ 57,89 milhões, para os municípios (da Assessoria de Comunicação Social do FNDE).

Por Ascom

Clipping

CNTE

PNE deve ser votado até novembro em comissão especial, afirma Gastão Vieira

✧ Data: 14/04/2011
✧ Veículo: JORNAL DA CÂMARA - DF
✧ Editoria: GERAL
✧ Assunto principal: CNTE
OUTROS

[Veja a matéria no site de origem](#)

Tamanho da fonte

Carolina Pompeu

O presidente da comissão especial destinada a analisar o projeto que cria o novo Plano Nacional de Educação (PNE, PL 8035/10), deputado Gastão Vieira (PMDB-MA), espera que a proposta seja votada até novembro deste ano. O plano estabelece metas para a educação brasileira até 2020 - a vigência do último PNE terminou no final do ano passado.

A previsão de prazo para votação foi feita ontem, durante a reunião de instalação e eleição de dirigentes do colegiado. Além de Gastão Vieira, foram eleitos os deputados Teresa Surita (PMDB-RR), Neison Marchezan Junior (PSDB-RS) e Alex Canziani (PTB-PR), respectivamente, para 1ª, 2ª e 3ª vice-presidentes. O deputado Angelo Vanhoni (PT-PR) foi designado relator da proposta.

Segundo Gastão Vieira, apesar da falta de plano vigente, não é preciso ter pressa na aprovação do projeto. "Estamos vivendo uma perspectiva de crise fiscal, com câmbio descontrolado e risco de inflação. Não adianta aprovar um plano com metas ambiciosas no meio de uma crise, porque isso com certeza trará consequências prejudiciais para a viabilidade da execução da medida", argumentou.

A proposta tramita em caráter conclusivo na Câmara. Ou seja, assim que for aprovada pela comissão especial seguirá diretamente para o Senado, sem precisar passar pelo Plenário, exceto se houver recurso.

Diagnóstico - Vieira explicou que deve começar os trabalhos do colegiado com um diagnóstico sobre os resultados do Plano Nacional de Educação anterior. A ideia, segundo ele, é reunir os técnicos da própria Câmara para avaliar o que foi alcançado nos últimos dez anos e quais melhorias ainda estão pendentes.

Depois dessa etapa, o grupo realizará seminário com os participantes da última Conferência Nacional de Educação (Conae), realizada em março e abril de 2010, de onde saíram as diretrizes da proposta elaborada pelo Executivo.

Após o seminário, o deputado pretende convidar organizações da sociedade civil e especialistas que não participaram da conferência. "Tem gente que não acredita em plano, acha que plano decenal é longo demais, que a medida não dá resultado algum. Precisamos ouvir também essas pessoas", afirmou. Uma quarta etapa de discussões será composta por audiências públicas nos estados.

Ainda não há data prevista para esses eventos, mas a expectativa é que as discussões estejam avançadas até o início de junho, quando Gastão Vieira pretende abrir o prazo para apresentação de emendas ao projeto. Até o momento, segundo a presidente da Comissão de Educação e Cultura, Fátima Bezerra (PT-RN), cerca de 140 emendas à proposta já foram apresentadas de maneira informal por entidades civis.

Financiamento - O relator do PNE, Angelo Vanhoni, terá a tarefa de reunir as sugestões e elaborar um relatório final sobre o tema, a ser votado pela comissão especial. Ele adiantou que o financiamento da educação será objeto de muita discussão no colegiado. Hoje, o Executivo aplica no setor cerca de 5% do Produto Interno Bruto (PIB).

A proposta pretende aumentar o investimento para 7% até 2020. Mas organizações ligadas à área, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), já defenderam a ampliação da meta para 10%.

Outro ponto prioritário para o debate, segundo Vanhoni, é o debate sobre a qualidade da educação no País. Das 20 metas previstas na proposta do governo, pelo menos seis tratam do tema e passam por aspectos variados, desde a capacitação dos professores até a melhoria das notas tiradas pelos alunos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 14/4/11
Assunto: Oferta de alimentos saudáveis nas escolas é aprovada pela CAS		Página: online

Oferta de alimentos saudáveis nas escolas é aprovada pela CAS

Até então tratada por meio de portaria interministerial, a questão da qualidade dos alimentos oferecidos em refeitórios e cantinas escolares poderá ser regulada em lei. Projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), na quarta-feira (13), estabelece diretrizes para uma alimentação saudável tanto nas redes públicas como nos estabelecimentos privados. Além de restringir a oferta e a venda de alimentos com alto teor de gordura, açúcar e sal aos estudantes, as escolas devem incentivar o consumo de frutas, legumes e verduras.

De acordo com a Agência Senado, apresentada na legislatura passada pelo ex- senador Sérgio Zambiasi, do Rio Grande do Sul, o projeto (PLS 225/10) praticamente transpõe o conteúdo da Portaria Interministerial n.º 1010, de 2006, editada pelos Ministérios da Saúde e da Educação. Para a relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), é importante conferir força de lei ao tema. Por serem atos administrativos, as portarias só possuem natureza impositiva quando editadas para regulamentar lei ou decreto.

A palavra final sobre o projeto será da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), onde haverá decisão terminativa. Depois, a matéria precisará passar pela Câmara dos Deputados para virar lei.



CLIPPING

Veículo: Nota 10	Editoria: Brasil	Data: 14/4/11
Assunto: Ministro conclama estados a preparar planos para forçar aprovação do PNE		Página: online

Ministro conclama estados a preparar planos para forçar aprovação do PNE

O ministro da Educação, Fernando Haddad, conclamou os estados da federação a prepararem seus planos educacionais, como forma de complementar e forçar a implementação das políticas contidas no projeto do Plano Nacional de Educação (PNE), que tramita no Congresso Nacional. Haddad fez a afirmação na abertura da audiência pública convocada pela assembleia legislativa de São Paulo.

Haddad disse ainda que não há como falar em valorização da educação sem considerar a valorização dos trabalhadores na educação. Ele lembrou que o Brasil forma hoje mais de 700 mil professores por ano. “Mas não há como manter um licenciado em física, química e biologia, com salários defasados na proporção de 60%. Sem salários competitivos, sem carreira para o magistério, não há mágica”, observou.

O ministro Haddad disse ainda que há um ambiente favorável para aprovar um plano como o PNE. “Esta primeira reunião tem um efeito catalisador aqui em São Paulo”, afirmou. “É um debate oportuno, para acompanhar os trabalhos em Brasília e depois formatar um plano estadual, que possa ser acompanhado pela sociedade”, concluiu o ministro.